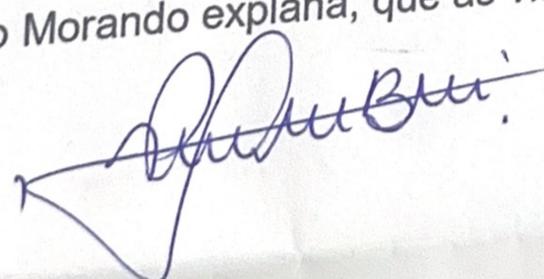
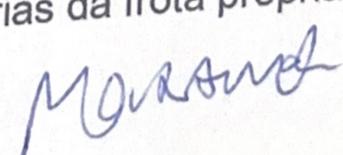
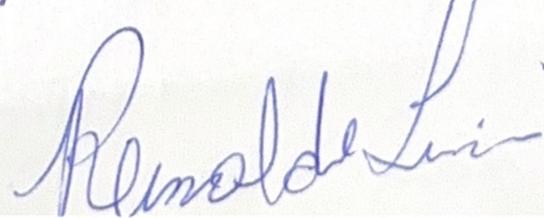




Aos Dezoitos dias do mês de Março de 2025, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Embu-Guaçu na sala de Reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, situada na Rua Independência, nº 357, Centro de Embu-Guaçu, para tratar dos seguintes assuntos da pauta: - Leitura, apreciação e votação da ATA da reunião anterior; Em ato contínuo a Presidente Josélia Fernanda iniciou a palavra agradecendo a presença de todos. Em seguida, a conselheira Elisangela realizou a leitura da ata anterior. Em continuidade respostas dos ofícios, falta de resposta até o presente momento do ofício 006/2025 trata-se do quadro de apoio, e ofício 010/2025 que se trata do projeto de alfabetização e atribuição das salas, a presidente questionou o critério para a escolha dos professores que foram afastados para atuar no projeto, a presidente ressalta a falta de transparência, pois o projeto não teve análise do conselho, seguindo o que rege a Lei nº 2056, de 04/12/2006. A conselheira Elisangela explana que o projeto é interessante, mas que seja feito de forma organizada e transparente para toda a rede, e que seja feito pela parte técnica do Setor Pedagógico o perfil, e os impactos desses projetos. A conselheira ainda questiona a questão estrutural da brinquedoteca. A presidente reitera que o conselho não tem acesso aos projetos realizados pela Secretaria Municipal da Educação, e explana também a ausência novamente do Setor Pedagógico, e a importância que teve na última reunião a presença da Senhora Márcia Monteiro, a presidente solicita a conselheira Elisangela faça a leitura do Ofício 011/2025 que se trata das Atribuições da Secretaria de Educação junto ao Conselho Municipal de Educação, que foi protocolado com a Supervisora e Conselheira senhora Maria Lúcia. Em continuidade, os conselheiros questionam sobre as reformas que já foram realizadas no prédio da Brinquedoteca, a Conselheira Maria Lúcia solicita que as dúvidas sejam colocadas em Ofício. A presidente coloca em pauta o estado estrutural da Escola Municipal Pedro Antônio, vizinha da brinquedoteca e que está em estado crítico em sua estrutura física. E que a prioridade e riscos devem ser voltados para a unidade escolar. Sendo assim, o conselho entende que é de extrema importância os esclarecimentos do desenvolvimento desses projetos, e como acontecerá o andamento desses projetos na rede municipal, e que aja transparência por parte do Setor Pedagógico e da Secretaria Municipal. A conselheira Maria Lúcia explica que as aulas domiciliares foram atribuídas em cima da Lei nº 3.328/2025 – Criança e o Adolescente impossibilitado de frequentar as aulas e que necessitem de atendimento domiciliar prolongado. Seguimos a Pauta, tratando-se das mudanças de Leis e possíveis emendas da 130/2015. A presidente passa a palavra para a Diretora de Transporte Escolar, para tirar as dúvidas referentes ao transporte, o Conselheiro Mauricio Morando explana sobre como é realizado as Vistorias dos Transportes Escolares, o Conselheiro pergunta a Senhora Liliane se a empresa terceirizada possui as vistorias em dia? A Senhora Liliane responde que sim, e que já estão em processo de novas vistorias. O conselheiro Mauricio Morando explana, que as vistorias da frota própria






estão em atraso, não pode rodar para transporte de Crianças de forma nenhuma. A Senhora Liliane informa que possui Carros da frota própria com falta de manutenção, e não estão rodando. Em continuidade a Senhora Liliane informa que o controle de frota é realizado pelo Senhor Wilson. O Conselheiro Mauricio Morando, questiona que não está se encontra os 6 (seis) ônibus que tiveram os tacógrafos roubados, a Senhora Liliane informa que foi solicitado pela Secretaria um vigia para o pátio onde ficam os ônibus. O conselho Mauricio Morando salienta o perigo de ter 8 (oito) ônibus rodando sem autorização do DETRAN, a Conselheira Rosana informa que a Diretoria de Ensino irá enviar na próxima semana o parecer do acompanhamento da última vistoria realizada. A Conselheira Vanessa solicita que seja enviada para o Prefeito uma notificação sobre o estado das documentações e das manutenções dos Transportes Escolares Frota Própria. A Conselheira Elisângela, reitera que a frota de transporte escolar própria, não pode rodar de forma alguma, a partir deste momento para na mediação da Escola Municipal Juvenal Coutinho e Escola Estadual Levi, a conselheira também relata a rota do Casimiro que não chega até o final do percurso segundo a Senhora Liliane relata que essa dificuldade de cumprir a rota é por percalços da estrada, e que estava em contato com a Infraestrutura para realizar manutenção das estradas, porém, até o momento não obteve suporte da Infraestrutura. O conselheiro Mauricio Morando questiona sobre o contrato da terceirizada, se mesmo sem cumprir a rota inteira tem o recebimento integral. O conselheiro Mauricio Morando, solicita que seja encaminhado ao Ministério Público e Ministério Público Federal, o cerceamento das Crianças da região do Casimiro, pela rota não cumprida, dificultando os alunos a terem acesso a unidade escolar, e o Conselho em comum acordo concorda com o posicionamento do Conselheiro. O Conselheiro Mauricio Morando reitera a necessidade da segurança dos ônibus, que os ônibus sejam colocados em lugares mais seguros, ou que aja vigilantes para cuidar dos ônibus, durante o período que não estão em uso, uma vez que está acontecendo roubos frequentes de itens dos ônibus, como: módulos, tacógrafos, etc.. A conselheira Hellen pergunta a dificuldade que os pais encontram para falar com os monitores e motoristas, a Senhora Liliane informa que as monitoras possui um grupo das rotas que elas realizam para comunicação coletiva. Os conselheiros abordam a falta de vistoria municipal diária dos transportes escolares. Que o Estado realiza a vistoria de forma periódica, porém a Prefeitura Municipal precisa ter uma vistoria permanente desses transportes. O Conselheiro Mauricio Morando, informa que os ônibus estão irregulares, infringindo o Código de Trânsito Brasileiro. E sugere que seja feita um aditivo no contrato, para suprir a falta dos ônibus que não podem rodar, por falta de vistoria do INMETRO. Em palavra livre, a Conselheira Vanessa aborda a resposta do Setor Pedagógico ao Conselho Municipal, e solicita que haja uma formação mais adequada para a Educação Infantil Municipal. E que a mesma realizou uma solicitação por escrita, fazendo solicitação especializada formações rotineiras em



relação as diversas propostas pedagógicas dentro das necessidades existentes na educação infantil. A Conselheira também fala sobre a contratação das Frentes de Trabalho para cuidar das crianças elegíveis, e a formação contínua para a rede municipal. O Conselheiro Mauricio Morando explana as portarias do setor Pedagógico, e que faltam portarias de 2(dois) membros, não possuem portarias para as atribuições do setor supracitado. O Conselheiro ainda explana sobre o Conselho de Alimentação Escolar, e que em visita na Escola Municipal Enton Rocumback dos Santos, e que dentre as dificuldades dos filtros de água e que as salas são quentes, sem ventilação e superlotadas, ultrapassando as quantidades previstas pelo FNDE, que seria de 1,5m² para cada criança. E que através da solicitação do Sindicato dos Funcionários Públicos, as crianças da Escola Municipal Amália, serão transferidas para a escola Movimento Renovadoras, enquanto a Escola Municipal Amália, até que aconteça a reestruturação necessária nas obras, o conselheiro informa que o Engenheiro Projetista condenou o prédio escolar. A presidente solicita o envio da Escola Municipal Pedro Antônio, que se encontra em situação precária, para o Ministério Público. A Conselheira Priscila transmite o pedido da Diretora Márcia Pombo sobre as questões de ventiladores para as Escolas Municipais. A conselheira Elisangela explana sobre as contratações dos Coordenadores para a Rede Municipal, que o sindicato do SIPROEM, pois no edital da contratação, não havia a necessidade de ter experiência de sala de aula como pré-requisito, para se candidatar a vaga oferecida, e que aja a denúncia deste conselho sobre esse tipo de contratação, e que se faça de acordo com a Lei nº 130/2015. Os Conselheiros solicitam a abertura de concurso para a ocupação dos cargos livres. A Conselheira Priscila solicita um ofício questionando sobre as licenças prêmio, e os novos pedidos adquiridos, pelos funcionários que já gozaram da Licença Prêmio. O Conselheiro Mauricio Morando, relata que o Sindicato dos Funcionários Públicos vão ingressar com uma ação sobre as evoluções funcionais em atrasos e sobre as Licenças Prêmios. A Conselheira Hellen sugere fazer as medições de temperatura nas salas de aulas, e o Sindicato dos Funcionários Públicos fará a doação dos termômetros. E o sindicato também reitera que a educação não enviou o layout até o momento, para que o sindicato faça a impressão de divulgação do Curso EJA. Finalizando com o agradecimento da Presidente com a participação de todos os participantes na reunião e todos os presentes conforme lista de chamada.